

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Abril a Junho de 2021

Ano 46 – Nº 250

Foto: Andressa Zumpano



GUERRA QUÍMICA: FAZENDEIROS USAM AGROTÓXICOS CONTRA FAMÍLIAS NO CAMPO

Págs.: 8 e 9

Foto: Andressa Zumpano



Indígenas ocupam Brasília

Pág.: 6

EDITORIAL

Memória de nossos mortos e resistência dos povos

A pandemia da COVID-19 não arrefece diante do solo fértil oferecido pelo governo genocida que ocupa o Planalto. Muitos dos nossos amigos e amigas, irmãos e irmãs da caminhada, têm tombado vitimados pelo vírus. A eles e elas prestamos nossas homenagens. Por eles e elas, seguimos na luta.

Luta que toma novo fôlego com a volta do povo às ruas. Mesmo com o risco de contaminação pelo vírus, grande parte da população vê risco ainda maior em deixar o governo livre em seu plano de destruição. Indígenas retornam a Brasília, para lutar contra o projeto genocida de Bolsonaro, amparado por Projetos de Leis que tramitam no Congresso Nacional para retirar direitos dos indígenas sobre seus territórios.

Em consonância com a luta dos que ocupam Brasília, Povos e Comunidades Tradicionais acompanhados pela Articulação das Pastorais do Campo realizam Encontro Virtual para fazer memória da construção da Articulação e, também, dos próximos passos diante de todos os desafios que estamos vivendo.

Ainda nessa nova realidade virtual, fizemos memória dos 25 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, completados em 17 de abril de 2021, Dia Internacional da Luta Camponesa. Atividades e ações virtuais relembrou os 19 trabalhadores rurais sem-terra brutalmente assassinados.

A pandemia da COVID-19 tem tirado de nós diversos companheiros e companheiras. Tem tirado, também, o direito aos rituais tradicionais de despedida, de empatia e de fraternidade com os nossos no momento de dor. Muito tem-se falado em se reinventar nessa conjuntura que estamos encarando pela primeira vez. Mas como acalmar o coração, o nosso e os dos nossos, diante das restrições impostas pela doença? O mundo virtual aproxima, mas não substitui a necessidade do contato e do acalanto. Não nos esqueçamos, portanto, daqueles e daquelas que se foram, façamos a MEMÓRIA destes, para mantermos viva a chama da esperança.

Entre os dias 6 e 8 de abril, foi realizada de forma virtual devido à pandemia da Covid-19, a 33ª Assembleia Nacional da CPT. Foram discutidas as prioridades de ação da Pastoral para os próximos três anos e, também, foram eleitas a nova diretoria e coordenação executiva nacional da entidade. A atividade contou com a participação remota de cerca de 77 delegados e delegadas, de todas as regiões do Brasil, que contribuíram na análise de conjuntura e na partilha das realidades dos povos do campo, das águas e das florestas em todo o país. Para o período de 2021 a 2024 foram eleitas direção nacional e coordenação executiva nacional da CPT.

Acompanhamos, também, o levante de resistência em toda a América Latina, que teve eleições tensas mas com boas perspectivas para o campo progressista. É preciso estar atentos e atentas ao que tem acontecido na Colômbia e podemos ter mais informações na Página Nuestra América.

Boa leitura e se cuidem!



PUBLICAÇÕES

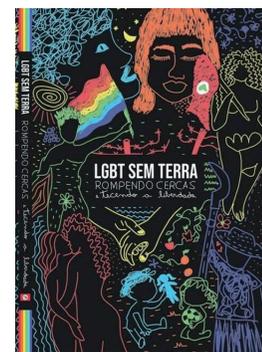
AGRO É FOGO

No dia 14 de abril foi lançado o Dossiê Agro é Fogo: grilagem, desmatamento e incêndios na Amazônia, Cerrado e Pantanal. A publicação é resultado do envolvimento de representantes de cerca de 30 movimentos, organizações e pastorais sociais que compõem a Articulação Agro é Fogo e que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e seus povos e comunidades. O dossiê, disponível em agroefogo.org.br, aborda as seguintes temáticas: A boiada está passando: desmatar para grilar; O agronegócio e o Estado brasileiro: quem lucra quando a boiada passa?; Presidência e parlamento a serviço dos grileiros: legislar para grilar; Ligações perigosas: fundos de pensão internacionais, incêndios e grilagens no Matopiba; Trabalho escravo, expropriação e degradação ambiental: uma conexão visceral; Saberes que vêm de longe: Usos tradicionais do fogo no Cerrado e Amazônia.



org.br, aborda as seguintes temáticas: A boiada está passando: desmatar para grilar; O agronegócio e o Estado brasileiro: quem lucra quando a boiada passa?; Presidência e parlamento a serviço dos grileiros: legislar para grilar; Ligações perigosas: fundos de pensão internacionais, incêndios e grilagens no Matopiba; Trabalho escravo, expropriação e degradação ambiental: uma conexão visceral; Saberes que vêm de longe: Usos tradicionais do fogo no Cerrado e Amazônia.

LGBT Sem Terra rompendo cercas e tecendo à liberdade



No mês de maio, em que se celebra o Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou o livro LGBT Sem Terra rompendo cercas e tecendo à liberdade, em que integrantes do MST contam suas histórias. O trabalho, publicado pela editora Expressão Popular, foi feito pelo Coletivo LGBT Sem Terra do MST, que surgiu em 2014, durante o 6º congresso nacional dos sem-terra.

O prefácio é assinado pela presidenta da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Symmy Larrat. Elaborado de forma colaborativa, o livro traz imagens de militantes LGBTs sem-terra em vários estados do país, “contando suas histórias em primeira pessoa”.

A publicação está disponível para venda nas unidades do Armazém do Campo, pelo país, e também em <https://armazemdocampo.shop>.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente Interino
Dom José Ionilton

Coordenadores Nacionais

Andréia Silvério
Carlos Lima
Isolete Wichiniwski
Ronilson Costa

Redação

Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Andressa Zumpano
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0003157/GO)
Amanda Costa (Reg. Prof.: 0004075/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável

Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão

LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação

Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0

Comissão Pastoral da Terra

CNPJ: 02.375.913/0001-18

Para doações internacionais:

IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1

Código Swift: CEFXBRSP

Informações cpt@cptnacional.org.br

Tiragem: 3.750 exemplares



Articulação das CPTs da Amazônia realiza “Celebração Amazônica em Memória às vítimas da Covid-19”

O impacto da Covid-19 em todo o Brasil pode ser verificado pela perversa marca de mais de 500 mil mortos neste primeiro semestre de 2021. O campo brasileiro é ponto crítico dos reflexos da pandemia. Apenas no ano de 2020, segundo dados do Centro de Documentação da CPT - Dom Tomás Balduino e de parceiros, foram registradas 316 ocorrências de conflitos associados à Covid-19, compreendendo 79.038 famílias. O número em conjunto aos casos de ocorrências de conflitos por terra, no ano, alcança 1.892 ocorrências, com 250.663 famílias envolvidas em conflitos por terra e em situação de Covid no Brasil.

A realidade de mortes no campo motivou a articulação das CPTs da Amazônia a fazer um ato em memória às vítimas da pandemia. Em proximidade ao *Corpus Christi*, foi realizada transmissão ao vivo como forma de relembrar todas aquelas e aqueles que fizeram a Páscoa em decorrência da pandemia de Covid-19 e de seus desdobramentos políticos e sociais. A live ocorreu às 17 horas de Brasília do dia 2 de junho.

Live

A transmissão lembrou, por meio de fotos, agentes pastorais, lideranças comunitárias e parceiros que morreram em decorrência da Covid-19. As agentes Aparecida Hurtao Soares, Cida, e Maria de Souza Xavier, Santana, foram homenageadas como forma de representar todas e todos que fizeram sua Páscoa em decorrência da pandemia.

Em momento de denúncia, os mediadores, Higor Pereira e Márcia Palhano recobram os dados da publicação *Conflitos no Campo Brasil 2020*, que dão conta que 62,4% de todos os conflitos por terra no Brasil ocorreram na Amazônia, região que reuniu 60,8% do total de famílias brasileiras envolvidas nestes conflitos.

D. José Ionilton, presidente da CPT e bispo de Itacoatiara (AM), sucedeu a fala reafirmando o trabalho da CPT em favor da vida e em favor das pessoas. Tam-



bém participaram: pastora Romi Bencke, secretária-geral do CONIC; Eva Canoé, liderança indígena; Antônio Nascimento de Almeida, liderança camponesa; Olga Suarez, coordenadora de projetos da organização Minga (Colômbia). (Mário Manzi - Assessoria de Comunicação da CPT)

Comunidade Quilombola Cuba sofre ameaças e é invadida no Maranhão

A comunidade Quilombola Cuba, localizada no município de Santa Inês (MA), e a Teia dos Povos Tradicionais do Maranhão, denunciaram, no dia 16 de junho, diversas ameaças efetuadas por um suposto proprietário da terra, onde está localizado o território quilombola que abriga mais de 30 famílias há décadas.

As intimidações ocorreram na mesma semana, e segundo relatos locais foram acompanhadas de falas desrespeitosas quanto à identidade quilombola dos moradores. Ainda segundo a comunidade, o suposto proprietário, identificado como Felipe Bringel, invadiu a área dos moradores há duas semanas, desmatando a vegetação e ameaçando destruir as casas dos quilombolas.

Desde o ano de 2014 o Quilombo Cuba possui certificação emitida pelo Governo Federal por meio da Fundação Palmares. (Mário Manzi - Assessoria de Comunicação da CPT)

Comunidade ribeirinha Brejeira conquista direito coletivo à terra no Piauí

A comunidade tradicional ribeirinha Brejeira Salto, zona rural de Bom Jesus no Piauí, teve sua titulação coletiva conquistada. A outorga de domínio coletivo pelo Instituto de Terras do Piauí é uma conquista das comunidades que reivindicam o direito à terra na região.

A vitória é resultado da organização do Coletivo de Comunidades Impactadas pelo Agronegócio, criado por comunidades rurais no Cerrado piauiense para resistir à grilagem de terras e ao avanço de monocultivos do agronegócio. A CPT e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais têm denunciado esses impactos em apoio às comunidades.

A comunidade Salto está localizada na região de Cerrado do Matopiba, na divisa entre os estados do Maranhão, To-



cantins, Piauí e Bahia. Centenas de comunidades tradicionais, Indígenas e Quilombolas, que vivem na região há centenas de anos, têm sofrido violência com o avanço do agronegócio, que gera grilagem de terras e destruição ambiental. As comunidades sofrem com a repressão, destruição de sua produção de alimentos, despejos, casas incendiadas, ameaças de morte, além do desmatamento, da contaminação das águas e do ar por agrotóxicos. (CPT-PI)

Casal de trabalhadores rurais é assassinado em Junco do Maranhão

Um casal de trabalhadores rurais foi assassinado a tiros, no dia 18 de junho, nas proximidades da Comunidade Vilela, em Junco do Maranhão, a 258 quilômetros de São Luís (MA). As vítimas foram identificadas como Reginaldo e Maria da Luz Benício de França. De acordo com informações do advogado Diogo Cabral, a área onde ocorreu o crime é de intenso conflito agrário.

Maria de França era suplente da direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais (STTR) local. A filha do casal, uma criança de 3 anos, ficou em cima do corpo da mãe durante horas. Reginaldo também teve os braços quebrados. O advogado acrescenta que esse é o 5º assassinato na região do conflito nos últimos dois anos. “Nenhuma investigação chegou à autoria dos fatos. Foram quatro homens e uma mulher assassinada”, diz Diogo Cabral.

“A Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular e a Secretaria de Segurança Pública já estão acompanhando o caso. A Polícia Civil já se deslocou para apurar o duplo homicídio na área. Mais informações serão divulgadas de acordo com as investigações”, disse Francisco Gonçalves, secretário de Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão.

Ameaças de morte em 2020

De acordo com informações da Agência Tambor, há anos os habitantes do Povoado de Vilela, na região conhecida como Gleba Campina, no município de Junco do Maranhão, convivem sob ameaças de um fazendeiro que alega ser o dono legítimo daquelas terras e pede a reintegração de posse. (Informações de Diogo Cabral e Agência Tambor)

XXXIII ASSEMBLEIA NACIONAL DA CPT

CPT realiza sua 33ª Assembleia Nacional e elege nova diretoria e coordenação executiva nacional para o próximo triênio

Entre os dias 6 e 8 de abril, foi realizada de forma virtual devido à pandemia da Covid-19, a 33ª Assembleia Nacional da CPT. Foram discutidas as prioridades de ação da Pastoral para os próximos três anos e, também, foram eleitas a nova diretoria e coordenação executiva nacional da entidade. A atividade contou com a participação remota de cerca de 77 delegados e delegadas, de todas as regiões do Brasil, que contribuíram na análise de conjuntura e na partilha das realidades dos povos do campo, das águas e das florestas em todo o país.



CRISTIANE PASSOS, AMANDA COSTA E ANDRESSA ZUMPARO*

A CPT iniciou sua 33ª Assembleia Nacional com a triste notícia da perda de mais uma lutadora para a Covid-19. Fátima Barros, liderança quilombola do Bico do Papagaio (TO), foi mais uma vítima do governo de morte, instituído pela atual gestão presidencial. Fátima virou semente e deixou como legado a força da mulher negra e a luta ancestral de seu povo. As atividades da Assembleia foram iniciadas com os pontos em comum trazidos pelos regionais da CPT, como desafios, vivências e as prioridades que, diante do cenário acompanhado, devem ser assumidas nos próximos anos pela Pastoral.

Conforme síntese sistematizada por Ruben Siqueira, da CPT Bahia, “olhando para a conjuntura sócio-política que nos trouxe até aqui, nos demos conta de que o primeiro ano, 2018, foi o primeiro desse governo ultraliberal, que precisou lançar mão do sacrifício da democracia para avançar com a sua pauta, genocida, desumana. Com o impacto disso no campo, na luta pela terra, água, diversidade, agroecologias, território, a pauta da vida foi brutalmente afetada pelas medidas de flexibilização das leis de proteção, pelo corte dos

orçamentos dos órgãos competentes e pela criminalização da resistência, da luta, de quem reagiu a esses desmandos. O ‘avanço da boiada’, em maio de 2018, facilitou o projeto de avanço do agronegócio. E algo que esteve muito presente: as medidas de capitalismo verde, de mercado de carbono, principalmente na Amazônia, mas também no Cerrado, o avanço da mineração, dos projetos de energia... o capital tentando superar sua crise de acumulação, criando terríveis e multifacetadas crises”.

“Faz escuro mas eu canto”: os desafios e dificuldades do planejamento em tempos de incertezas

Com a assessoria de Carolina Motoki, da Repórter Brasil e da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, os delegados e delegadas puderam refletir sobre as realidades e avaliações partilhadas, e aprofundar a percepção da conjuntura vivida e compartilhada, para assim, pensar as perspectivas para o próximo triênio.

Motoki começou sua análise pela conclusão inevitável: a pandemia não tem data para acabar no nosso país: “O agronegócio é um celeiro de pandemias,

e o Brasil como palco desse processo de expropriação das comunidades, substituindo seus territórios pela devastação, se torna um possível celeiro de futuras pandemias e epidemias. Esses espaços são transformados no que coloco como monocultura da vida. Se pensarmos na expropriação das comunidades, assim como há destruição da diversidade das florestas, também há destruição da diversidade de modos de vida, modos de resistir e existir. A crise ambiental não pode ser dissociada da crise social. Esse processo todo gera adoecimento da população. E não é só a população que foi expropriada, não são só as comunidades que foram expulsas e que estão resistindo e enfrentando o agrotóxico, a falta de água, a contaminação das águas. É toda a população mundial que adoecerá por esse sistema monocultural”.

A realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras e a necropolítica

Carolina amplia a análise para a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras, em tempo de pandemia e de precarização das condições de trabalho e do subemprego. “Esse adoecimento também

está associado à exploração do trabalho. A força de trabalho tem sido cada vez mais precarizada, em níveis alarmantes. Quanto mais difícil é o momento econômico, mais se aprofunda a exploração do trabalho e o trabalho escravo”. De acordo com sua análise, “a pandemia não é um evento separado da história, ela parte de um processo de destruição imposto pelo capitalismo. Há também um elemento que está ligado à destruição da vida, é a política de morte (necropolítica), que é o empenho governamental de matar, de eliminar o outro, simbolizado aí pelo gesto da arma que foi levado a cabo na campanha de Bolsonaro e que na pandemia se mostrou assustadoramente eficaz”.

CPT elege sua nova diretoria e coordenação executiva nacional para o próximo triênio

A partir do debate e das partilhas feitas nos três dias de Assembleia, a CPT reafirma suas prioridades para o próximo triênio, tendo como base, sempre, o protagonismo dos povos e comunidades e respeitando a convivência e ancestralidades dos modos de vida destes. Para o período de 2021 a 2024 foram reeleitos para a direção nacional da CPT, como presidente Dom André de Witte, bispo emérito de Ruy Barbosa (BA), e como vice-presidente, Dom José Ionilton, bispo de Itacoatiara (AM). Para a coordenação executiva nacional, foi reeleita Isolete Wichinieski, da CPT Goiás, e eleitos José Carlos Lima, da CPT Alagoas; Ronilson Costa, da CPT Maranhão e Andréia Silvério, da CPT Pará. Com muito pesar, no dia 25 de abril, recebemos a notícia que nosso presidente recém-releito, Dom André, faleceu. Com a sua Páscoa, Dom Ionilton assumiu interinamente a presidência da CPT.

MASSACRES NO CAMPO

Mesmo ao lado da impunidade, memória e resistência marcam os 25 anos do massacre de Eldorado do Carajás

Uma série de ações simbólicas foram realizadas em homenagem às vítimas, contra os massacres e em defesa da Reforma Agrária Popular.

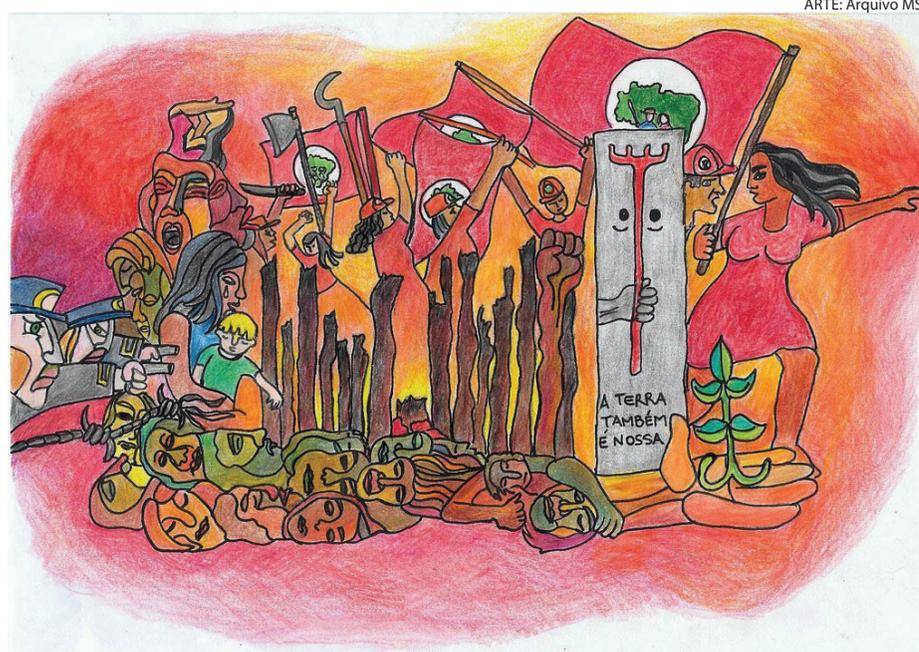
AMANDA COSTA*

São 25 anos de impunidade. 25 anos do maior e mais conhecido massacre registrado na luta pela terra no Brasil. No dia 17 de abril de 1996, o campo foi brutalmente marcado pelo sangue de 19 trabalhadores rurais sem-terra, mortos pela Polícia Militar do estado do Pará na conhecida Curva do "S", enquanto participavam de uma marcha na BR-155 em protesto pela desapropriação da Fazenda Macaxeira, no sul do estado.

Em março daquele ano, cerca de 3,5 mil famílias ocupavam a fazenda e reivindicavam, junto ao Incra, a terra improdutiva para a reforma agrária. Dos 155 policiais que atuaram no massacre, somente Mário Pantoja e José Maria de Oliveira, comandantes da operação, foram condenados. Ambos ficaram em liberdade por 16 anos e foram presos em 2012. Pantoja ficou quatro anos preso em regime fechado, mas conseguiu autorização para cumprir prisão domiciliar, alegando motivos de saúde. Cumpriu a pena em liberdade, até sua morte, em novembro de 2020. Nos anos de governo Bolsonaro, a impunidade segue sendo cruel, assim como o aumento do número de conflitos fundiários, que é o maior em 10 anos.

De acordo com os registros da CPT, realizados desde 1985 até os dias atuais, foram registrados 55 massacres no campo, que vitimaram 281 pessoas em onze estados brasileiros. O Pará é recorde no número de massacres, totalizando 29 ocorrências, vitimando 147 pessoas. Como marco dos 25 anos do massacre de Eldorado do Carajás, a CPT divulgou, em conjunto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), uma Nota Pública reforçando a denúncia sobre a crescente violência contra os camponeses na luta pelo acesso e permanência na terra no Pará.

Todos os anos, a dor da violência e do luto pelos 19 mártires se materializa em potência ainda maior de luta. "Os trabalhadores dão novos sentidos a esta data. O dia 17 de abril se transformou, para as famílias sem-terra e para os setores popula-



res do Brasil, no Dia Internacional da Luta Camponesa, no Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária", destaca Ayala Ferreira, da Direção Nacional do MST e do Coletivo Nacional de Direitos Humanos do MST.

Desde o ocorrido, o MST organiza durante todo o mês de abril a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, reunindo uma série de atos em homenagem aos trabalhadores vítimas do latifúndio. Pelo segundo ano consecutivo, em razão da pandemia, as atividades do "Abril Vermelho" foram realizadas à distância. Mesmo diante de um cenário político, social, econômico e ambiental grave, marcado não só pelo vírus da Covid-19 mas também pela continuidade das violências e da negação de direitos aos povos, a Jornada de Lutas se manteve resistente, sem perder o seu caráter de luta.

Uma das principais ações foi o Ato Político-Cultural Internacional, realizado no sábado, 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa, conhecido como dia "D". O evento resgatou a memória dos trabalhadores vítimas do massacre e denunciou a sua impunidade mesmo após 25 anos. Ao mesmo tempo, mais de mil pessoas celebraram as batalhas enfrentadas pelo campo popular, reafirmaram a importância da luta pela Reforma Agrária e debateram os principais desafios da classe trabalhadora para este ano.

Ainda durante o ato, foi lançada a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), que desde 2014 mobiliza instituições de ensino superior

em defesa da Reforma Agrária e da educação pública. A JURA prevê a realização de plenárias virtuais em diversas instituições de ensino do país, com o objetivo de reconhecer os movimentos populares do campo como sujeitos coletivos de produção do conhecimento e a legitimidade de suas lutas em defesa da qualidade da alimentação do povo brasileiro e da democratização da terra, da educação, da cultura e da comunicação.

O dia "D" também contou com uma série de ações simbólicas pelo país, que ocorreram durante todo o dia 17, entre elas a vigília em homenagem aos mártires de Eldorado do Carajás, em Belém (PA). Na manhã do sábado, integrantes do MST e da CPT participaram do ato simbólico na praça Mártires de Abril, onde está erguido um monumento da Coluna da Infâmia, do artista dinamarquês Jens Galschiøt. Ao mesmo tempo, nas redes sociais, uma série de mobilizações também aconteceram, incluindo um twittaço.

"Em memória do povo, como um desacato à dignidade à vida humana"

Além das ações ocorridas no dia 17 de abril, desde o dia 10 várias atividades foram realizadas na 15ª edição do Acampamento Pedagógico da Juventude Oziel Alves. O acampamento é tradicionalmente realizado na Curva do "S" e abre a Jornada Nacional de Lutas do MST com oficinas, atividades culturais e de memória, entre outras ações simbólicas.

Ações de solidariedade também foram realizadas em todo o país no dia 18, ressaltando a importância da produção de alimentos saudáveis, principalmente durante a pandemia, contexto em que a fome tem se agravado. Essas ações deram continuidade à grande campanha de doação de alimentos do MST aos que estão em situação de vulnerabilidade. A programação da Jornada se encerrou no dia

21, com mutirões do Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis", que tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores ao longo de 10 anos.

A CPT, em consonância com todas as atividades dos 25 anos, também deu destaque em ações nas redes sociais, aos quatro massacres com maior número de vítimas registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Além de Eldorado do Carajás, sendo o primeiro, seguem os casos dos massacres de Xingouara (1985), Pau D'arco (2017), ambos no Pará, e Colniza, no Mato Grosso (2017).

Em memória dos nossos mártires e das nossas mártires, a resistência e a luta pela Reforma Agrária continua!

RESISTÊNCIA

Abril Indígena e Levante pela Terra: o que é o levante dos povos que ocupam o Planalto Central em 2021?

ANDRESSA ZUMPANO*

Depois de um ano catastrófico para os povos indígenas, com mais de mil mortos pela pandemia de COVID-19 e uma agenda ruralista anti-indígena em exercício no Congresso Nacional e Governo Federal, os povos fizeram seu levante em retomada ao território originário, Pindorama. E afirmam: O Brasil inteiro é terra indígena!

Durante o mês de abril de 2021 ocorreu o 17º Acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena do Brasil, que realizou pelo segundo ano consecutivo suas atividades em formato online, com um mês de programação diária nas redes sociais da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Mídia Índia e Mídia Ninja. Com o tema 'A nossa luta ainda é pela vida, não é apenas um vírus', a APIB fez um chamado para união dos povos em um contexto de agravamento das violências e da pandemia da Covid-19.

De acordo com dados do Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena da APIB, mais da metade dos 305 povos indígenas que vivem no Brasil foram diretamente afetados pela pandemia da COVID-19, contaminando mais de 50 mil pessoas e vitimando mais de mil indígenas. Em relatório publicado pela organização,



FOTO: APIB

chamado "Dia da Resistência Indígena", quando o acampamento ocupa simbolicamente a Esplanada dos Ministérios com uma grande faixa pedindo "Justiça aos Povos Indígenas", além de uma série de projeções no Congresso Nacional. As atividades do mês finalizaram com uma Carta-Manifesto escrita pelos povos indígenas em nome de todos povos tradicionais. A Carta à Mãe Terra, lembra que "a luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas".

FOTO: Andressa Zumpano



o governo federal é diretamente responsável pelo agravamento da pandemia de COVID-19 e pelo genocídio indígena em curso no país.

O Abril Indígena, como ficou chamado o mês de mobilizações em torno do 17º Acampamento Terra Livre, teve seu marco em 19 de abril,

essencialmente a Brasília, em função da urgência de ataques que o PL 490 no Congresso Nacional e do Marco Temporal no STF podem representar para eles e elas. Assim, dando continuidade à mobilização do Acampamento Terra Livre realizado em Abril, delegações de todo o Brasil acamparam na Praça

da Cidadania na Esplanada dos Ministérios desde o dia 8 de Junho: é o Acampamento Levante Pela Terra!



FOTO: Andressa Zumpano

São mais de 850 indígenas de 53 povos de todo Brasil, que se mobilizaram por mais de três semanas no Acampamento Levante pela Terra. Durante este um mês de ocupação, diversos episódios de repressão policial às marchas organizadas pelos indígenas em Brasília reforçam a tese de que o Estado é o maior inimigo dos povos. No dia 23 de junho (quarta-feira) o PL 490/2007 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

A aprovação do PL 490 mostra o compromisso dos parlamentares com uma agenda genocida que viola os direitos constitucionais dos povos indígenas. A proposta aprovada, além

de inconstitucional, pode anular a demarcação de Terras Indígenas no país e reforça a tese do Marco Temporal, que seria julgada no dia 30 de junho de 2021 no Supremo Tribunal Federal (STF) foi adiada para o mês de agosto.

Tal julgamento é histórico e decisivo para o futuro dos povos indígenas no Brasil. Com força de repercussão geral, Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365, que tramita no STF, é um pedido de reintegração de posse movido pelo Instituto do Meio e Ambiente de Santa Catarina (IMA) contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e indígenas do povo Xokleng, envolvendo uma área reivindicada da TI Ibirama-Laklanô. O território em disputa foi reduzido ao longo do século XX e os indígenas nunca deixaram de reivindicá-lo.

O marco temporal é uma tese jurídica que busca restringir os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Nessa interpretação, defendida por ruralistas e setores interessados na exploração das terras tradicionais, os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse no dia 5 de outubro de 1988. Alternativamente, se não estivessem na

terra, teriam que comprovar a existência de disputa judicial ou conflito material na mesma data de 5 de outubro de 1988.

A tese é perversa porque legaliza e legitima as violências a que os povos foram submetidos até a promulgação da Constituição de 1988, em especial durante a Ditadura Militar. Além disso, ignora o fato de que, até 1988, os povos indígenas eram tutelados pelo Estado e não tinham autonomia para lutar, judicialmente, por seus direitos. Por tudo isso, os povos indígenas vêm dizendo, em manifestações e mobilizações: "Nossa história não começa em 1988!"

MEMÓRIA

Memória e o luto reinventado em tempos de pandemia

A pandemia da COVID-19 tem tirado de nós diversos companheiros e companheiras. Tem tirado, também, o direito aos rituais tradicionais de despedida, de empatia e de fraternidade com os nossos no momento de dor. Muito tem-se falado em se reinventar nessa conjuntura que estamos encarando pela primeira vez. Mas como acalantar o coração, o nosso e os dos nossos, diante das restrições impostas pela doença? O mundo virtual aproxima, mas não substitui a necessidade do contato e do acalanto. Não nos esqueçamos, portanto, daqueles e daquelas que se foram, façamos a MEMÓRIA destes, para mantermos viva a chama da esperança.



Irmã Apolonia Maria de Carvalho
(- 19/01/2021)

Irmã Apolonia atuava como voluntária da CPT na Paróquia de Rio Preto da Eva, no Amazonas. Ela atuou até os últimos meses na proteção das comunidades camponesas que encontravam-se ameaçadas pelas políticas dos governos federal, estadual e municipal em benefício de um reduzido grupo da elite econômica nacional. Em 19 de janeiro de 2021, Irmã Apolonia foi mais uma vítima da COVID-19.



Fátima Barros
(1972 - 06/04/2021)

Tocantinense, Fátima Barros era a nona filha de uma família de dez irmãos. Filha de Cantídio Barros e Vicência Barros, Maria de Fátima Batista Barros, professora e uma das maiores líderes quilombolas da região Amazônica, foi mais uma vítima da pandemia da Covid-19 e da inoperância do governo brasileiro. Ela faleceu no dia 6 de abril, no Hospital Regional de Augustinópolis (HRAug). Já havia per-

dido um irmão para a mesma doença. "Nós somos povo Bantu, nós não morremos, nós sempre voltaremos. Nós somos os guerreiros de Zumbi e Dandara, nós somos a força do quilombo!", disse ela em um dos vários Encontros de Povos Tradicionais dos quais fez parte. Fátima presente!



Romerson Alves
(19/08/1981-
16/04/2021)

O agente de pastoral da CPT Goiás, Romerson Alves, foi mais uma vítima da Covid-19. Romerson nos deixou na noite de 16 de abril, ainda muito jovem. Nas palavras do regional: "sua alegria contagiava a todos e todas por onde ele passava. Romerson virou semente! Romerson Presente! Em oração e sintonia com a família de Romerson, e com todas as famílias que passam pela dor da perda!"



Padre Dionísio Kuduavicz
(30/11/1943
-19/04/2021)

Também vítima da Covid-19, Padre Dionísio, nas palavras de seu irmão Mieceslau, agente da CPT no Mato Grosso do Sul: "dedicou seus 49 anos de sacerdote pela causa dos pobres do campo, das florestas e das águas. Fez da sua vida toda uma opção pela causa dos pobres e oprimidos desta terra, vivendo na simplicidade e na pobreza".



Aparecida Hurtado Soares
(12/04/1981-21/04/2021)

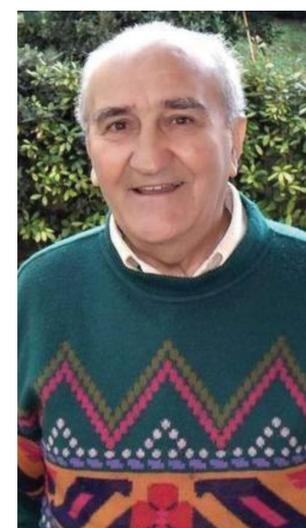
A agente da Comissão Pastoral da Terra Regional Mato Grosso, faleceu no dia 21 de abril, enquanto a equipe regional estava reunida em sua XXVII assembleia regional. Cida foi mais uma vítima da Covid-19. Nas palavras do regional, "Cida 'virou

semente, semente de alegria de determinação e de autenticidade. Seu sorriso marcante e sua alegria de viver nos alimenta o coração e alma neste momento tão triste. Cida, MULHER, INDÍGENA, PRESENTE HOJE E SEMPRE!"



Dom André de Witte
(31/12/1944
- 25/04/2021)

Em Nota, a Vice-Presidente e Coordenação Executiva Nacional expressou a tristeza da CPT em perder seu presidente, reeleito dias antes. "No início da noite de 25 de abril, recebemos impactados a notícia da passagem de nosso Bispo Presidente, Dom André de Witte. Homem de fé inabalável, como bom pastor ele deu a vida por suas ovelhas, e se despediu de nós, aos 76 anos, no domingo em que a Igreja celebra o Bom Pastor. Entristecidos, mas plenos de gratidão, a Comissão Pastoral da Terra – CPT reverencia seu guia, por tantos serviços prestados, com abnegação, simplicidade e alegria, aos mais pobres do campo e a nós, agentes pastorais".



Padre Primo Battistini
(03/02/1941 -
01/05/2021)

A CPT Pará comunicou com pesar o falecimento do Padre Primo Battistini, ocorrido no dia 1º de maio de 2021, na Itália, onde ele se encontrava em tratamento de saúde. Padre Primo chegou ao Brasil em 1972, onde teve suas experiências pastorais paroquiais e sociais. Nos últimos anos, de 2013 até 2020, trabalhou como agente da equipe da CPT do Alto Xingu, no Pará. Fez sua Páscoa no Dia dos Trabalhadores(as).

"É uma guerra química"

Camponeses e trabalhadores do agronegócio são intoxicados por pulverização aérea nos estados de Goiás e Maranhão, suspeita-se de uma estratégia para expulsão das comunidades do campo.

AMANDA COSTA*
ANDRESSA ZUMPARO*

Vistos de cima, a uma longa distância do chão, os barracos de lona podem ser quase imperceptíveis. Ocupam apenas uma pequena e estreita faixa de terra em meio a uma imensidão de incômodos tons de um verde uniforme e de pálidos marrons-acinzentados. Estradas de asfalto e terra conectam a paisagem verde-marrom aos centros de cidades do interior sul de Goiás. Esse ponto de vista já nos sugere algumas pistas do que se descobre ao voltar o olhar, agora, a partir do chão: cercados pelo latifúndio, sonhos ainda resistem.

"Eu acho que é realmente o sonho que motiva a gente a continuar". A frase ecoa pela voz trêmula e emocionada de Camila, jovem sem-terra do acampamento Leonir Orback em Santa Helena de Goiás. Os olhos, que durante a fala ganham um certo brilho, parecem também cansados para a pouca idade. Revelam, porém, toda a resistência coletiva contra as inúmeras formas de expulsão utilizadas pelo agronegócio, intensificadas nos últimos tempos com a utilização indiscriminada de agrotóxicos. Separadas das lavouras de soja e cana-de-açúcar apenas por uma cerca de arame, 200 famílias lutam para produzir e sobreviver.

O estado de Goiás, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), é o quarto maior produtor de grãos do país e, entre 2021 e 2022, se tornará o segundo maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Na contramão dos números recordistas e das acla-

madas posições do estado no ranking do latifúndio, a realidade que se repete e ameaça famílias de agricultores e agricultoras: no início deste ano, quatro pessoas do acampamento precisaram buscar atendimento médico por intoxicação de agrotóxico pulverizado por aviões que combatiam pragas em uma lavoura de soja.

Uma das acampadas, que precisou ir até uma unidade de saúde, contou que ao menos outras oito pessoas também relataram dores de cabeça e náuseas, mas, em razão da pandemia, sentiram medo de procurar ajuda médica e preferiram tratamentos caseiros. Ela ainda denuncia que as normas previstas em lei não estão sendo cumpridas: "Eles vêm pulverizando as roças sem ter o cuidado do distanciamento do acampamento, onde nós temos nossas famílias, crianças, idosos. O latifundiário não tem essa preocupação. Isso tem afetado a saúde das pessoas, dos plantios. O reflexo está nas folhas de bananeira, nas criações, nas hortaliças".

Um estudo inédito da pesquisadora da USP, Larissa Bombardi, apresentado ao parlamento Europeu no dia 11 de maio, evidencia que, caso o Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, assinado pelo governo de Bolsonaro no ano passado, seja ratificado, pode agravar ainda

mais o cenário de populações vítimas de envenenamento por agrotóxicos proibidos na Europa. Pouco antes do lançamento do trabalho, Larissa precisou deixar o Brasil após ser ameaçada por defensores do agronegócio em razão da publicação de outro estudo, de 2019, que conecta o uso de agrotóxicos no Brasil com a União Europeia.

O atlas "Geografia da assimetria: o ciclo vicioso de pesticidas e colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia", publicado em maio, aponta que a ratificação do acordo entre os blocos reduzirá em mais de 90% as tarifas de importação de agrotóxicos. Revela, ainda, que enquanto o cultivo de soja teve aumento de 53,95% entre 2010 e 2019 no Brasil, o uso de agrotóxicos cresceu 71,46% no mesmo período. Para a pesquisadora, esse modelo expõe o que chama de "neocolonialismo europeu", em que o Brasil exporta bens básicos enquanto importa tecnologia da Europa, movimento contrário do feito pelas nações ricas.

Esses números ganham evidências quando a atenção é voltada para as pequenas propriedades rurais e comunidades do campo que se veem progressivamente ameaçadas. Elas que enfrentam, diariamente, enquanto dormem ou trabalham, as chuvas de agrotóxicos nas lavouras de monoculturas, cada vez mais próximas. O

impacto dos grandiosos números afetam os pequenos que têm rostos, nomes e uma história com a terra em que vivem. Em Bela Vista de Goiás, dessa vez mais ao sudeste do estado, Dona Adelize mora em sua terra há 42 anos. Ali, o cenário se repete. Nos últimos anos, quase todas as pequenas propriedades vizinhas foram arrendadas para a soja e milho. "Eu escuto o barulho dos aviões nessas lavouras tudo aí. Sempre vem e dá os balões pertinho aqui da casa, volta, passa. Esse barulho é constante quando está batendo veneno", conta.

Foi neste município que no dia 07 de maio, 60 trabalhadores rurais com sintomas de intoxicação procuraram o Hospital Antônio Batista da Silva e 46 precisaram de atendimento após um avião pulverizador de agrotóxicos sobrevoar a lavoura onde eles trabalhavam e despejar o veneno. Segundo Saulo Reis, coordenador da CPT Goiás, que acompanhou o caso, os trabalhadores vieram de Morrinhos e trabalhavam com o manejo do milho durante o ocorrido. A Polícia Civil identificou o local onde ocorreu a intoxicação e informou que um Inquérito Policial foi aberto para apurar o fato.

Uma semana depois, equipes do Ibama, MAPA, Semad, Agrodefesa e SUVISA foram até a fazenda, que estampa em sua entrada a placa da empresa SR Agropecuária, para averiguar o fato. De acordo com o boletim expedido pelo Ibama, a equipe de fiscalização foi recebida pelo arrendatário da fazenda onde ocorreu a intoxicação dos trabalhadores, o qual relatou que uma empresa especializada teria realizado a aplicação do agrotóxico. O arrendatário informou, ainda, que os trabalhadores rurais intoxicados tam-



Dona Adelize

FOTO: Andressa Zumpano

TÓXICOS

contra as comunidades"



FOTO: Andressa Zumpano

Não é um caso isolado

"Minhas pernas começaram a coçar e já ficaram aquela vermelhidão muito grande...e coçava, coçava, coçava e continuava espalhando", conta a agricultora Antônia Peres, da comunidade Araçá, no município de Buriti (MA). Foi nesta comunidade que um caso emblemático co-

moveu o país. No início deste ano, uma criança de sete anos foi vítima da chuva de agrotóxicos que atingiu sua casa, deixando sua pele "em carne viva". André é filho de Antônia e até o momento da contaminação, não entendia os males causados pela pulverização aérea de venenos, chegando até a brincar de correr atrás do avião.

Em 22 de abril de 2021, cerca de nove pessoas da comunidade Araçá foram atingidas pela chuva de veneno, incluindo o garoto André, que ficou em situação mais grave. Segundo relatos dos moradores, a pulverização aérea já estava no terceiro dia consecutivo. "É uma guerra química", conta Diogo Cabral, advogado da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Segundo Diogo, suspeita-se que o avião vinha de uma terra alugada pela família Introvini. Conhecida nacionalmente por sua produção de soja nos estados do Maranhão e Mato Grosso, Gabriel Introvini e seu filho André Introvini se dividem na administração das propriedades da família. As fazendas da família na região de Buriti já passaram por operação da Polícia Militar do Maranhão e Ministério Público, por suspeita de desmatamento ilegal para plantio de soja. Na ocasião, tratores e equipamentos foram apreendidos por descumprimento de decisão da Justiça Federal do Estado.

A denúncia do grave caso ocorrido no Maranhão mobilizou nota assinada por mais de 50 organizações de direitos humanos e do terceiro setor, inclusive a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO. "A utilização de agrotóxicos representa por si só um grave problema para a saúde dos brasileiros e para o meio-ambiente. A aplicação de venenos através de aviões é ainda mais perversa, pois segundo dados do relatório produzido pela subcomissão especial que tratou do tema na câmara federal, 70% do agrotóxico aplicado por avião não atinge o alvo. A chamada 'deriva' contamina o solo, os rios, as plantações que não utilizam agrotóxicos (agroecológicos) e, como vimos agora, populações inteiras.", revela trecho da nota.

"Nosso escudo é a produção"

A guerra química como estratégia de expulsão das comunidades camponesas e tradicionais, reflete diretamente nos processos de luta e permanência dos territórios ameaçados. Em grande parte, são comunidades que possuem pequenas produções alimentícias ou de insumos animais, produtos da agricultura familiar de subsistência e de abastecimento das cidades vizinhas às áreas rurais.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no ano de 2020 as exportações referentes ao agronegócio brasileiro somaram US\$7,30 bilhões de dólares. Já segundo estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deve produzir uma safra recorde de 268,3 milhões de toneladas de grãos em 2020/21. Esses dados demonstram o interesse de produção e concentração de cultivo no latifúndio: produção de grãos e oleaginosas.

Em tese, esses números exorbitantes em lucros e produção não refle-

tem a realidade da mesa das populações brasileiras. É consenso que a agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento de alimentos no país, gerando uma diversidade de produção em pequena e média escala. Esse modo de produção é composto principalmente por comunidades camponesas, pesqueiras, assentamentos da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e extrativistas.

No acampamento Leonir Orback, constituído por trabalhadores sem-terra, "o escudo contra o agronegócio é a produção", afirma Vitória, liderança regional do Movimento Sem-Terra (MST) e acampada. Segundo ela, a diversidade de alimentos produzida no acampamento abastece não só a sua mesa, como também é distribuída na periferia da cidade de Santa Helena durante a pandemia. "Nós estamos aqui cercados de fazenda, a cidade está cercada de fazendas, mas não é essa produção que abastece nossa mesa".

Esse escudo contra o latifúndio, mesmo diante de tantas ameaças, alimenta não somente a mesa do povo brasileiro, como também os sonhos de camponeses que acreditam na força das sementes da luta. "Você olha e você se indigna ao ver que tudo aquilo tá acontecendo e você não tem força para mudar aquilo, que você está sozinho, que ali você é só um. Mas quando você sai e vê que tem mais gente ao redor, você se motiva mais ainda a querer continuar na luta, a querer chegar lá na frente e falar: eu venci o latifúndio, eu venci tudo isso, nós estamos conseguindo instaurar o que a gente quer pra nossa vida...Eu acho que é realmente o sonho que motiva a gente a continuar.", afirma Camila, jovem acampada.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT / Coletivo de Comunicação Pastoral do Campo.*

bém são contratados por uma outra empresa do ramo de produção de sementes de milho, a Sempre Sementes, para a qual eles prestam serviços.

Após visita e notificação lavrada pelo Ibama ao arrendatário, foi comprovada a aplicação do pesticida. De acordo com o órgão, a competência primária para autuação é da agência ambiental estadual, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Caso o órgão estadual não aplique as devidas sanções, o Ibama-GO afirmou que aplicará de forma supletiva.

Os casos de intoxicação por agrotóxicos na região não são isolados. Esse cenário está associado a uma mudança no perfil de ocupação da região, que nos últimos cinco anos tem ganhado outra configuração. Historicamente, "Bela Vista é caracterizada por ser um município de pequenos proprietários de terra, ou seja, de camponeses. Esses camponeses se destacam pela produção de alimentos, sobretudo a produção de polvilho de alta qualidade. Nos últimos anos a expansão da fronteira agrícola do agronegócio tem avançado também nessa região, então o que a gente percebe é um processo de substituição da matriz produtiva na medida em que o agronegócio avança...e aí tem também a utilização do agrotóxico. O veneno vai inviabilizar a produção da agricultura familiar", relata Saulo.

PASTORAIS DO CAMPO

Povos e comunidades tradicionais se encontram e se contrapõem ao modelo sócio-político, econômico e cultural predatório

Nos dias 4 e 5 de maio de 2021, ocorreu Encontro da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais, via plataforma de internet

*“Somos aqueles que não morrem, somos ancestralidades, sementes e resistências”,
Maria de Fátima Batista Barros, liderança quilombola, morta em 6 de abril, de 2021,
vítima da covid-19.*

POR COMUNICAÇÃO DAS PASTORAIS DO CAMPO

Entre “janelas”, via plataforma da internet, ocorreu o *Encontro da Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais*, nos dias 4 e 5 de maio de 2021. O debate e narrativas sucederam-se no sentir-pensar-agir, modelado na diversidade real e na vida cotidiana a partir dos territórios das comunidades originárias e tradicionais.

No primeiro dia de reunião virtual, as lideranças e integrantes do conjunto de Pastorais do Campo relembrou a trajetória da Articulação até o presente. Os representantes de povos e comunidades de todo o país também relataram os desafios do contexto político e econômico a partir de seus territórios: indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, quebradeiras de coco e comunidades de fundo e fecho de pasto.

“Esse momento reúne aqui as lideranças de povos originários e de comunidades tradicionais. Tem uma diversidade de gente aqui tecendo vida nos territórios, e é essa diversidade que vamos reencontrar”, resume Ormezita Barbosa, coordenadora executiva do Conselho Pastoral de Pescadores (CPP).

Desafios e ameaças

Os relatos feitos a partir dos territórios confirmam que a terra, água, floresta – lugares da vida destes povos – estão sob ameaça. As intimidações advêm do capital especulativo: agronegócio, do monocultivo, da mineração, do garimpo, das madeireiras e da exploração imobiliária.

A oposição frente a esse processo avassalador, de implantação do poder absoluto do capital especulativo, só poderá ser freada no cotidiano das comunidades, na resistência, na oposição e no fortalecimento de suas lutas, de forma unificada como contraposição ao que vem se impondo pelo sistema.

A trilha do percurso está no fomento da cultura do encontro – proposta da Articulação – e no fortalecimento das lutas e resistências que ocorrem na vida cotidiana destes povos, em suas comunidades. Sobretudo, na vivência que se arranja a partir de apoios comunitários e das bases ancestrais, em que os valores preponderantes são a preservação dos territórios, o modo de ser, a defesa da vida e o cuidado com a Casa Comum. A resistência e o fortalecimento

desses territórios são abastecidos no solo fértil do comum, dos ambientes comunitários e ancestrais, como narram as lideranças participantes do encontro.

Para Emília Costa, articuladora do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), “a contrapartida disso é que a gente continua com nossos pés fincados, lutando, porque sabemos que lá é nosso território sagrado. E seguimos nos defendendo e nos unindo para defender nossa casa comum”.

“Estamos aqui na resistência! No território onde estão plantados nossos antepassados e nossa ancestralidade. Temos que buscar força para continuar na resistência diante de tanta barbaridade promovida por esse governo”, ressalta Antônio Veríssimo Apinajé, Terra Indígena Apinajé, do Tocantins. A liderança ressalta que em seu território, a exemplo de tantos outros no país, o povo sofre com as investidas do agronegócio, cercados pela monocultura e enfrentando a pressão de invasores e desmatadores.

Lilian Aquino, da Comunidade Tradicional Pesqueira e Vazanteira, município de Caraíbas (BA), conta que em seu território o drama é com as vazantes do

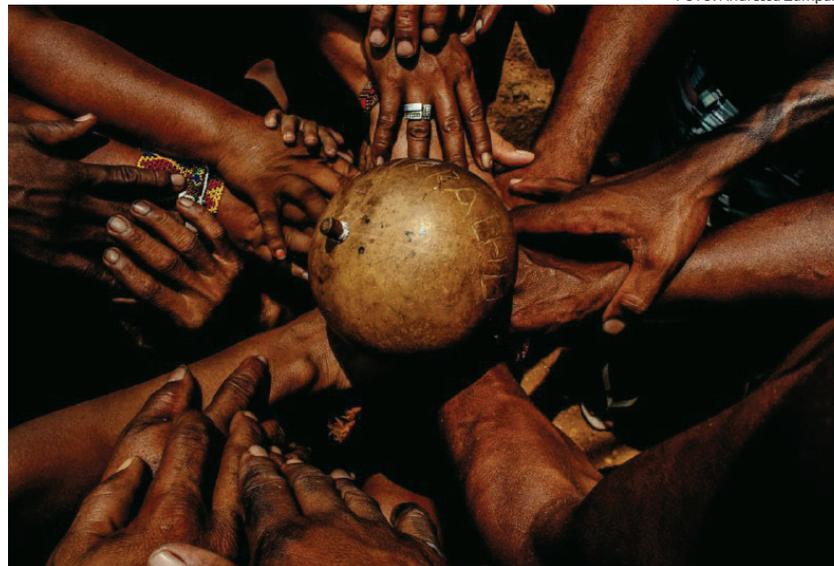


FOTO: Andressa Zumpano

comunidades se colocam como a última fronteira contra esse avanço do capital”, afirma Isolete Wichinieski, coordenadora nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Entre as discussões que surgiram nesse processo, temas como o Bem Viver, a decolonialidade e o papel do Estado vieram à tona e se somaram à necessidade, já identificada pelos próprios povos e comunidades, de aproximar lutas e delinear estratégias conjuntas de resistência.

Rio Gavião. “O rio não está ficando com volume para deixar as vazantes. Ele chega hoje, e amanhã já secou. Então, as famílias estão tendo que se adaptar. Isso nos preocupa, porque surgem iniciativas como contratar trator para gradear a terra, e o bombeamento de água”. As mais de 60 lideranças que participaram do encontro destacaram os territórios como espaços de vida e resistência ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado brasileiro. Para as lideranças, o contraponto está na resistência, não só política, mas também territorial, espiritual e ancestral.

Caminhada de resistência

A Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais surgiu a partir da proposta de aproximar diferentes povos e comunidades tradicionais que, em sua diversidade de modos de vida, enfrentaram desafios semelhantes para defender seus direitos e territórios. “Esse processo que estamos vivendo hoje inicia com as resistências dessas comunidades na defesa de seus territórios, da água, da biodiversidade, dos corpos que até hoje estão sendo violentados pela luta que têm contra a expansão do capital em muitos lugares. E as

Além de fortalecer as iniciativas locais de articulação entre diferentes povos e comunidades, que já surgiam em diversas regiões do país, a Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais protagonizou, em âmbito nacional, importantes mobilizações.

“Esse processo de articulação teve desdobramentos muito concretos, não só com encontros, mas também com atos e mobilizações políticas muito simbólicas e com impactos bastante significativo nos processos de luta em defesa dos direitos e das formas de existências dos povos e comunidades tradicionais no Brasil”, lembra Cleber Buzatto, secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). “Agora estamos retomando esse processo de articulação, de forma virtual, mas com muita esperança de que possamos renovar as energias, esperanças e memórias, como no caso da Fátima, que esteve desde os primeiros passos dessa articulação e foi uma das lideranças mais assíduas, orgânicas desse processo. Infelizmente, ela nos deixou de forma física, mas certamente continua nos iluminando para a continuidade dessa caminhada”, afirma Buzatto.

PL DA GRILAGEM

PL da Grilagem entra em votação no Congresso Nacional, avançando os tratores do agronegócio a favor da grilagem de terras no Brasil

ANDRESSA ZUMPANO*

Em 28 de abril de 2021, entrou em pauta no senado federal a votação para aprovação do PL 510/2021 de autoria do Senador Irajá Abreu (PSD-TO). O projeto tem como proposta a alteração de leis que versam sobre a regularização fundiária no Brasil, desburocratizando, flexibilizando e favorecendo a expansão dos latifúndios em terras públicas, possivelmente adquiridos a partir da grilagem.

A votação retornou para a pauta em meio à grande mobilização da sociedade civil pressionando o poder legislativo para o avanço das políticas de saúde e ampliação da vacinação diante da pandemia de COVID 19 no país, que já contabiliza mais de 500 mil mortes. Na atual conjuntura, em que um genocídio marca os anos de 2020 e 2021, impactando fortemente territórios indígenas, tradicionais e camponeses pela pandemia, bem como acentuando a insegurança alimentar e a fome, a votação dessa pauta não é emergencial e traz como consequência o aumento de impactos ambientais e conflitos fundiários no país.

O senador Irajá Abreu (PSD-TO), que propôs o projeto, é filho da senadora Kátia Abreu, conhecida aliada dos ruralistas no Brasil, responsável por grandes projetos de favorecimento e crescimento do agronegócio. O projeto retoma os mesmos termos da MP 910/2019, numa redação ainda pior, MP da qual Irajá foi relator. Conhecida como MP da Grilagem, teve sua votação suspensa em 2020, após grande pressão de movimentos sociais e militantes, que destacavam a não prioridade dessa pauta diante da pandemia, além de favorecer a já iminente destruição dos biomas brasileiros pela expansão do agronegócio, da mineração e do desmatamento.

Outros pontos de destaque na proposta, puxada pela Frente Parlamentar Agropecuária, são: unificação da legislação de Regularização Fundiária para todo o país, e não apenas na Amazônia. Inclui permissão da



FOTO: Andressa Zumpano

utilização da terra como garantia para empréstimos relacionados à atividade a que se destina; possibilita a renegociação dos títulos antigos firmados até

o dia 10 de dezembro de 2019; coloca o imóvel como garantia do pagamento do Título, em substituição à cláusula resolutiva; determina a obrigatorie-

dade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos processos de regularização.

Segundo Erina Gomes, assessora jurídica do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP): "O PL 510/2021 apresenta novamente alteração do marco temporal – a atual legislação permite titular terras públicas da União ocupadas até 2011, mas o PL amplia para 2019 a data limite de ocupação de terra pública que pode ser titulada sem licitação. Propõe alterações que beneficiam médios e grandes posseiros e especuladores de terras públicas, permitindo a regularização fundiária por quem já é proprietário de outro imóvel rural, bem como de quem já tenha sido beneficiário de programa de reforma agrária ou regularização fundiária e, permite que o beneficiário que transferiu ou negociou o título obtido possa ser novamente beneficiado por programas de reforma agrária ou regularização fundiária".

O que representa a aprovação do PL 510/2021?

O PL atua como um "verdadeiro prêmio para grileiros de terras públicas, ou seja, para aqueles que invadem e desmatam ilegalmente terras públicas da União, com a expectativa futura de conseguir a titulação a preços muito abaixo do mercado, e vendê-las... a mensagem que o PL passa é que invadir terra pública compensa", reforça Erina.

A cientista política Mayrá Lima ressalta que "partindo do Senado Federal, se aprovado, o PL segue para a Câmara dos Deputados em um cenário bastante desfavorável para oposição, visto que a Frente Parlamentar A é melhor organizada entre os deputados. A pressão da opinião pública ainda pode ser fator de influência, mas lembrando que o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas) foi eleito com forte apoio dos ruralistas. A conjuntura é mais desfavorável".

De acordo com levantamento da Comissão Pastoral da Terra, o ano de 2020 ficou marcado pelo aumento das invasões de territórios tradicionais. Caso o projeto seja aprovado, esses dados tendem a crescer ainda mais, ameaçando os povos tradicionais e indígenas, que já se encontram em situação de grave vulnerabilidade socioambiental durante a pandemia.

Outros crimes socioambientais gravíssimos marcaram os dois primeiros anos de governo Bolsonaro, como as grandes queimadas que atingiram os biomas Cerrado, Ama-

zônia e Pantanal, avanço da mineração em territórios indígenas e altos índices de desmatamento em áreas de proteção ambiental.

O PL 510/2021 não traz nenhuma contribuição para a redução da grilagem de terras ou dos crimes ambientais produzidos pela agropecuária e agroindústria. Pelo contrário, pode avançar com a invasão de terras públicas aliadas ao desmatamento. Essa é a resposta que o Governo Federal e o poder legislativo dão aos territórios vulnerabilizados pela pandemia e capitalismo no país.

"Não é uma legislação que atende ao pequeno camponês, até porque a legislação atual já os atende. Trata-se de um PL para resolver os problemas de quem ocupa irregularmente grandes áreas públicas. Sem dúvidas, o sentimento de impunidade em relação à legislação ambiental e o bloqueio da democratização da terra ganham força com esse projeto", destaca Mayrá. Movimentos sociais pressionam mais uma vez pelo cancelamento da votação e consequentemente da proposição do projeto de lei, para que se priorize os investimentos em saúde para contenção da pandemia de coronavírus no Brasil, pelo retorno do auxílio emergencial de R\$ 600,00 e pelo impeachment imediato de Jair Bolsonaro, principal responsável pelo genocídio em curso no país.

PÁGINA MULHERES

Mulheres resistem à pandemia: agroecologia e auto-cuidado

COLETIVO DE MULHERES CPT MINAS GERAIS

A vida das mulheres em uma sociedade em que impera o pensamento e reprodução do machismo e do patriarcado, como é a nossa sociedade brasileira, todas as situações adversas afetam de forma desigual a homens e mulheres, e sempre com o sofrimento e consequências maiores para as mulheres. Nos últimos 15 meses, temos vivenciado uma grande crise sanitária em escala mundial, a pandemia da COVID-19, que entre as formas de combate, uma das primeiras medidas tomadas pelas autoridades foi o isolamento social. O isolamento afetou de maneira desigual as mulheres, seja na redução dos postos de trabalho ou obrigando-as, em muitos casos, a conviverem mais tempo com seus agressores.

Mulheres que já tinham dupla e até tripla jornada de trabalho, hoje têm uma ainda maior sobrecarga de afazeres, obrigações e preocupações. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 93% das mulheres brasileiras realizam trabalhos não remunerados, em tarefas domésticas, de cuidado, voluntariado ou produção para consumo próprio. As mulheres são afetadas de forma significativa: há um acúmulo de trabalho e de preocupações sobre elas. Este cenário é comum na realidade das mulheres urbanas e camponesas, que sofrem as consequências dessa pandemia.

As medidas de isolamento social trouxeram à tona os aspectos da desigualdade de gênero que são latentes em nossa sociedade e reforça a estrutura patriarcal que privilegia os homens brancos, heteros, intelectuais e ricos. Em quase metade dos lares no Brasil, as mulheres são as responsáveis financeiramente pelo sustento da casa e 8,5 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho no terceiro trimestre de 2020 segundo o IBGE.

Esse cenário contribui para que



FOTO: CPT/MG

as mulheres busquem novas estratégias para conseguir trabalho e renda, pois aproximadamente 34,4 milhões de lares dependem da sua força de trabalho para serem sustentados financeiramente. A Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais (CPT MG) acompanha grupos de mulheres que demonstram esta realidade. No Norte de Minas, na comunidade Vale das Cancelas em Grão Mogol, Mulheres Camponesas Geraizeiras, acompanhadas e apoiadas pela CPT-MG, se organizaram para ampliar e diversificar a produção.

Além dos quintais cultivados onde produzem manga, seriguela, jaca, acerola, laranja, limão, banana, maracujá e mamão, tem hortas que produzem alface, rúcula, couve, pimenta-de-cheiro, pimentão, cebolinha verde, coentro e salsa, e ainda existem as roças de abacaxi, café, mandioca, milho, feijão e favas, para consumo



FOTO: CPT/MG

da família e o excedente é vendido na feira no distrito de Vale das Cancelas.

Uma atividade bem rentável a que as mulheres vêm se dedicando, é a produção de farinha de Jatobá, fruto típico do Cerrado e encontrado fartamente nas chapadas do território. As mulheres camponesas Geraizeiras fortaleceram suas lutas e organização, através das práticas de modos de produção de alimentos saudáveis e a confecção de remédios alternativos, como xaropes, tinturas e óleos essenciais produzidos com plantas do Cerrado, de uso comum da medicina tradicional para o fortalecimento da imunidade das famílias do território. Ressaltamos aqui que essa alternativa é fundamental, devido as dificuldades de acesso aos serviços médicos vivenciados pelas comunidades rurais e ao alto custo dos remédios (drogas) vendidos nas farmácias, algo que é incompatível com as condições financeiras das famílias.

Já no Vale do Jequitinhonha, a CPT-MG acompanha as mulheres das comunidades do Assentamento Dom Luciano Mendes em Salto da Divisa e da Comunidade Tradicional Nova Piabanha localizada no Município de Santa Maria do Salto. Nessas comunidades foi implementado o Sistema

PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - uma tecnologia social de apoio à agricultura familiar. Assim como no Jequitinhonha, na Região da Zona da Mata Mineira, as mulheres vêm buscando alternativas de sobrevivência e produzem as quitandas caseiras, hortifrutigranjeiros e organizam as cestas agroecológicas que, nesse período de pandemia, funcionam em sistema de *delivery*. Salientamos tam-

bém a importância da prática do auto-cuidado e os métodos de alternativas de saúde que são lideradas principalmente pelas mulheres e vem surtindo resultados positivos em favor da vida.

Com a implementação desse sistema, as mulheres organizaram a produção, conseguiram ampliar a geração de renda, além de garantir



FOTO: CPT/MG

o consumo de alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades. Elas produzem hortaliças, frutas e criam galinhas caipiras. O excedente da produção é comercializado nas feiras regionais. Diante da pandemia, as mulheres adotaram novas estratégias de vendas, organizaram um grupo de consumidores via WhatsApp, onde há a exposição dos produtos e, a partir daí, são feitas as encomendas e entregas na casa das famílias consumidoras.

Esse processo de organização e mobilização das mulheres camponesas é voltado para a superação dos obstáculos impostos pela pandemia, e visa fortalecer os laços comunitários, além de respeitar a diversidade cultural dos modos camponeses de produção e fortalecer as práticas da Agricultura Familiar para garantir a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais.



Castillo pede união, enquanto Keiko insiste em denúncias de fraude que não consegue provar

O vencedor das últimas eleições presidenciais no Peru, Pedro Castillo, pediu a união do país, em meio às tentativas da adversária, a ultradireitista Keiko Fujimori, de tentar virar o resultado do pleito com denúncias de fraude que não consegue provar.

“Vamos começar esta nova etapa sem ódio e sem diferenças. Aqui não há vencedores ou perdedores, aqui há apenas uma família, que é o povo peruano”, disse Castillo em discurso na Assembleia Nacional dos Governadores Regionais (ANGR), que aconteceu na cidade de Cusco.

Durante sua fala, o político de esquerda reiterou o apelo pela unidade do povo peruano e acrescentou que “a vontade popular deve estar acima dos apetites políticos”. Ele ratificou a decisão de promover uma Assembleia Constituinte da qual participem os governadores juntamente com os representantes do povo.

Descontrole da Violência

Longe de chegar a um acordo nacional, a violência contra os manifestantes só aumentou. Na penúltima semana do mês de junho foi encontrada a cabeça de Santiago Ochoa, que havia sido dado como desaparecido durante as atividades da paralisação nacional em Cali. O adolescente foi decapitado e seus restos mortais encontrados no município de Tuluá, Valle del Cauca. No entanto, também já existem casos de violência na região metropolitana da capital. Em menos de 48 horas, entre os dias 23 e 24 de junho, dois jovens foram mortos pela ação policial nos municípios de Suba e Usme, sul de Bogotá.

Cenário eleitoral

As divisões da esquerda e o saldo político da greve geral também passam pelo debate eleitoral. Assim como o Brasil, a Colômbia terá eleições presidenciais e parlamentares em 2022. (Michelle de Melo, Ópera Mundi)



FOTO: Reprodução-Twitter

O presidente eleito pediu também respeito à vontade dos peruanos e pediu a seus apoiadores que aguardem a decisão do Júri Eleitoral Nacional (JNE) sobre as reivindicações de Keiko, filha do ex-ditador Alberto Fujimori. É o JNE que vai dar a confirmação oficial da vitória de Castillo, já sacramentada com 100% das urnas apuradas.

Todos os pedidos de anulação de boletins de urna impetrados pela coligação de Keiko dentro do prazo legal foram negados pela autoridade eleitoral do país. A defesa da candidata de extrema direita recorreu da decisão. Os recursos ainda estão na fila para julgamento. A posse do novo presidente está prevista para o dia 28 de julho. (Ópera Mundi)

Greve geral na Colômbia completa dois meses. O que mudou no país?

A paralisação nacional na Colômbia completa, ao final de junho, dois meses de atividades ininterruptas, como marchas, bloqueios de rua e cozinhas populares. A greve geral já é considerada a maior mobilização da história do país e conquistou a suspensão de duas reformas, provocou o pedido de renúncia de dois ministros e muita repercussão internacional.

A efervescência das ruas e a violência policial desatada levaram à suspensão da Copa América no país, que acabou sendo realizada no Brasil. O governo de Iván Duque também terminou aceitando a entrada da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para verificar as denúncias de brutalidade policial.

Segundo levantamento de organizações de direitos humanos, desde o dia 28 de abril, foram registrados 75 homicídios, 4.285 casos de violência policial, mais de 300 desaparecidos e 81 vítimas de lesão ocular por disparos da polícia.

“Não se trata de um erro, mas de uma ação sistemática para assustar os manifestantes”, diz Cajamarca. O presidente anunciou uma reforma policial que foi considerada pelos movimentos populares uma mudança cosmética.

EUA suspendem sanções contra Venezuela para compras relacionadas à Covid-19

Os Estados Unidos suspenderam parte das sanções contra a Venezuela no dia 17 de junho. O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) publicou uma licença que levanta as penalidades a empresas que façam transações relacionadas ao combate à Covid-19 com o Estado venezuelano.

O documento libera o Banco Central da Venezuela e outras três entidades bancárias estatais a realizar operações com empresas estadunidenses. No entanto, não permite transações com a Petróleos da Venezuela S.A (Pdvs) ou com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (Bandes).

A licença também não autoriza a exportação ou re-exportação de bens, tecnologia ou serviços para militares, órgãos de inteligência ou agentes do governo. Também destaca que não desbloqueará qualquer propriedade que esteja sob embargo da Casa Branca.

A medida chega logo depois da repercussão negativa internacional do

bloqueio de cerca de US\$ 10 milhões da Venezuela para compra das vacinas do consórcio Covax. O valor foi bloqueado pelo banco suíço UBS, que estaria “investigando” a origem do dinheiro.



FOTO: Reprodução-Twitter

Além disso, desde 2020, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Antonio Guterres e a Comissária Especial de Direitos Humanos, Michelle Bachelet, pediam pela suspensão de todas as sanções econômicas durante a pandemia. Em março deste ano, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma

resolução contra as medidas coercitivas unilaterais. Somente o Conselho da União Europeia sanciona uma lista de 33 países, enquanto os Estados Unidos penalizam 34 nações.

Desde 2015, a Venezuela sofre com 150 medidas coercitivas e um bloqueio econômico aplicado pelos Estados Unidos e União Europeia, que já gerou um prejuízo de cerca de US\$ 130 bilhões ao país.

A vice-presidenta Delcy Rodríguez denunciou que a Venezuela seria o quinto país que mais sofre com sanções unilaterais dos Estados Unidos. Apesar do bloqueio, segundo dados oficiais, o país mantém uma taxa de recuperação de 92% dos pacientes, com um total de 255 mil infectados e 2.886 falecidos pelo novo coronavírus. De acordo com o Ministério de Saúde, 11% da população venezuelana foi vacinada, através das doses compradas da Rússia e das doações da China. (Michelle de Melo, Brasil de Fato)

PÁGINA BÍBLICA

DEUS É AMOR

Os Textos de João

SANDRO GALLAZZI*

Seguimos para as últimas análises de Sandro Gallazzi em “Leitura Militante da Bíblia”. Confira:

Evangelho - Pretexto e contexto

Para as mesmas comunidades da Ásia Menor, para as quais Lucas escreveu, agora, 15 anos depois, João volta a escrever. E desta vez João não utilizará o esquema dos outros três evangelistas, mas seguirá um caminho completamente diferente, novo. Pode-se até ter a impressão de que João não tenha lido o texto de Lucas.

O que teria acontecido de tão importante que levou João a escrever algo novo e diferente para as mesmas comunidades?

Três fatores intervieram:

1. O Concílio de Jâmnia

Depois da destruição de Jerusalém, os mestres fariseus, com o apoio dos romanos, reuniram-se em Jâmnia para decidir como deviam viver os judeus que, a partir daquele momento, não tinham mais terra, nem cidade santa, nem templo. Foi necessário repensar de novo a organização do judaísmo.

De Jâmnia saíram algumas decisões importantes também para os cristãos:

A primeira foi a separação definitiva dos dois grupos. Jâmnia proibiu que um cristão, mesmo sendo judeu, entrasse numa sinagoga. É a ex-comunhão. O verdadeiro momento da ruptura. Para os judeu-cristãos não foi fácil aceitar esta ruptura.

A segunda decisão refere-se aos tempos santos: em Jâmnia foi estabelecido e calendário litúrgico, com seus ritos, agora sem sacrifícios, porque não ha mais templo. Os cristãos

ficaram apenas com a Páscoa e Pentecostes e abandonaram as outras festas.

A terceira decisão foi a elaboração da lista dos livros sagrados que deviam ser lidos nas sinagogas. Em Jâmnia nasceu a Bíblia hebraica, a mesma adotada, atualmente, pelos protestantes.

A necessidade de compor diferentes forças permitirá a entrada de livros de pensamento diferente e pluralista.

Ficaram fora os livros escritos em grego e que não tinham um original hebraico.

Sete desses livros, que eram usados pelas comunidades, vão entrar numa segunda lista, posterior, que será adotada pela Igreja católica. Estes livros são chamados deutero-canônicos = da segunda lista

2. A perseguição se aproxima

Novos rumores de perseguição já estão surgindo no horizonte. Desta vez a perseguição não ficará circunscrita a Roma, mas se estenderá a todo o império.

Volta à memória a violência e o terror da perseguição de Nero de 30 anos antes.

Encontraremos comunidades que vão querer evitar a perseguição afirmando que ser discípulo de Jesus depende do encontro da alma com o Espírito de Jesus. É o pleno “conhecimento” da verdade que nos livra das amarras do corpo e de tudo o que é material. A política, o império, as injustiças dizem respeito à materialidade do corpo e isso não é do interesse dos cristãos. Basta a gnosis = o conhecimento. É o movimento gnóstico ao



qual também vai responder o evangelho de João.

3. As mudanças nas ecclesias

Este é o ponto principal. Para entendê-lo temos que falar de um pensamento muito difundido naquele momento. Trata-se da teologia apocalíptica, de raízes antigas, e que começou com força depois do fracasso da guerrilha dos Macabeus, como já falamos. Agora irrompe com mais força ainda. Para muitos judeus ou cristãos a perseguição de Nero e a destruição de Jerusalém eram os sinais do fim que se aproximava: é a grande tribulação que antecede o triunfo final. Esta mentalidade levará ao levante generalizado dos judeus

contra os romanos no ano 115 e, mais tarde, ao último conflito judeu-romano no ano 135 dC.

Esta mentalidade também está presente dentro dos grupos cristãos (o próprio Paulo tinha uma visão muito curta da história) e leva a alguns exageros como preparar-se para a vinda de Cristo de maneira pura, evitando o matrimônio e deixando de comer carne:

Proíbem o casamento e comer certos alimentos... Eles são “rebeldes, charlatões e enganadores, sobretudo entre os judeus convertidos... trans-tornam famílias inteiras ensinando o que não se deve, e tudo para ganhar dinheiro”. (1Tm 4,3 - Tt 1,10-11)

Outras comunidades, ao contrário, vendo que o fim não se aproxima, buscam preparar-se para viver longos anos neste mundo e, neste sentido, repensam sua relação com o império. Querem ser reconhecidas como religião lícita, igual aos judeus:

Submetam-se a toda instituição humana por amor do Senhor; também ao imperador como o soberano e aos governadores como delegados seus para castigar os malfeitores e premiar os que fazem o bem... Temam a Deus e respeitem o imperador. (1Pd 2,13-17)

Caso se pretenda conviver por longo tempo, então os cristãos não podem ser diferentes e a mentalidade grega cresce vigorosamente: Escravos obedecem aos senhores com todo respeito... não só aos bons, mas também aos maus. Para os senhores? Nada! Nenhuma obrigação. (1Pd 2,18 - Tt 3,1 - 1Tm 6,1-2)

EXPERIÊNCIA

Articulação Agro É Fogo discute impactos de incêndios junto às organizações internacionais

O Seminário Internacional aconteceu em formato virtual e reuniu em média 100 pessoas em torno do debate sobre casos emblemáticos apresentados no Dossiê Agro é Fogo.

AMANDA COSTA*

A partir do tema “Diálogos para enfrentar o ciclo de grilagem, desmatamento e incêndios nas áreas de expansão do agronegócio”, a Articulação Agro é Fogo promoveu, entre os dias 27 e 28 de abril, o Seminário Internacional Agro é Fogo. O evento foi motivado, principalmente, pelo contexto de expansão da cadeia do Agro, que utiliza o fogo como arma para ameaçar e expulsar povos dos seus territórios.

Nos dois dias de evento, organizações dos EUA, Europa, Reino Unido e América do Sul, em uma rede de solidariedade, teceram diálogos sobre o enfrentamento dos incêndios



FOTO: Bruno Kelly_Amazônia Real

que atingem povos e comunidades na Amazônia, Cerrado e Pantanal. Na ocasião, foram apresentados dois dos

seis casos de comunidades que sofreram impactos socioambientais, o da Terra Indígena Baía dos Guató, no

Mato Grosso, e o do Quilombo Barra da Aroeira, no Tocantins.

A Articulação Agro é Fogo reúne cerca de 30 movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e seus povos e comunidades. Surgiu enquanto articulação como reação aos incêndios florestais que assolaram o Brasil nos últimos dois anos.

Para acessar as análises do Dossiê e conferir todos os casos abordados, acesse: www.agroefogo.org.br (em português) e www.en.agroefogo.org.br (para versão em inglês).

**Assessoria de Comunicação da CPT Nacional*

Articulação das CPT's do Cerrado lança campanha para recuperação de nascentes

“Mudarei o sertão em açude, terra seca em olho d’água. Assim falou o senhor das andanças, pra dar ao seu povo a esperança”. (Música popular)

LEILA CRISTINA*

A Campanha Salve uma Nascente é uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra e Articulação das CPT's do Cerrado, com objetivo de arrecadar recursos para recuperar e proteger (5) cinco nascentes, nos Estados de GO, PI, MA, MT, MS, multiplicando essa ideia para outros lugares, construindo redes de proteção e dando visibilidade à importância de conservação e proteção das nascentes de águas. A CPT há tempos vem realizando trabalhos junto aos camponeses/as em defesa das águas e das florestas, construindo ações de resistências e apoiando as iniciativas agroecológicas como contraponto ao modelo de destruição vigente, fortalecendo a produção de alimentos saudáveis e na construção de relações humanas com mais equilíbrio com o meio ambiente. Nas comunidades, a CPT vem apoiar



FOTO: Andressa Zumpano / Arte: Luiz Almeida

do os projetos de recuperação e proteção de nascentes, produção de mudas nativas e sementes crioulas, muitas experiências boas vêm sendo realizadas.

Os projetos de recuperação de nascentes realizados pela CPT nas comunidades têm sido avaliados por elas, como de suma importância para sua

sobrevivência e para a conservação da biodiversidade ao seu redor. Por isso é importante frisar que medidas simples podem evitar grandes problemas; cercar as nascentes é uma delas, mas proteger e não conservar as matas dos morros e encostas se torna uma medida ineficaz, pois uma fonte começa a nascer das águas da chuva retidas nos topos dos morros. As curvas de nível têm se mostrado eficientes no combate à erosão e ao assoreamento dos rios. A mata ciliar, a vegetação das margens dos rios, também é muito importante, ela evita o desbarrancamento das margens e o assoreamento. É importante ressaltar que, se medidas não forem tomadas, poderemos ter problemas sérios com a falta d’água num futuro próximo, aliás, já estamos tendo problemas.

O trabalho de proteção das nascentes, articulado pela Comissão Pastoral da Terra, permite aos camponeses/as crianças, jovens, adultos e idosos o conhecimento

da história das suas nascentes, a partilha dos seus conhecimentos que vem sendo passado de geração em geração, a construção de troca de saberes entre os mais velhos e os mais novos, possibilitando que eles e elas elaborem estratégias e práticas para a manutenção das nascentes de águas e a proteção da biodiversidade em harmonia com a natureza.

A Campanha Salve uma Nascente está lançada e convidamos a todas/os a se somarem nesta luta em defesa das águas. Curta e compartilhe as publicações nas redes sociais, vamos juntas/os fortalecer essa iniciativa, pois a água é essencial, sem ela não existiria nenhuma forma de vida. Como diz o poeta Mario Quintana “Haverá ainda, no mundo, coisas tão simples e puras como água bebida na concha das mãos?”

**Articuladora das CPT's do Cerrado.*

Dom André de Witte

✦ 31/12/1944

✝ 25/04/2021



Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
 Endereço: _____
 Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
- Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,
 Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica
 9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA